

ONGs: Controle ou autonomia frente ao Estado?

Silvio Caccia Bava

Silvio Caccia Bava é sociólogo, coordenador executivo do Instituto Pólis e presidente da Associação Latino Americana de Organizações de Promoção (Alop)

Publicado em: 29/03/2007 *Assim como a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização das ONGs é uma iniciativa que busca silenciar as lutas pela exigibilidade de direitos.* Em vários países da América Latina existem hoje iniciativas, no plano jurídico e no plano legislativo, que visam o controle das práticas e do financiamento das ONGs.

É uma posição da Associação Latino Americana de Organizações de Promoção que as ONGs devem prestar contas públicas dos recursos e do trabalho que realizam. Como entidades privadas sem fins lucrativos, no caso do Brasil, por exemplo, as ONGs estão submetidas a todos os tipos de controle que se exercem sobre as empresas privadas. Além disso, as ONGs que recebem recursos da solidariedade internacional, por contratos onde estão especificados os trabalhos a serem realizados com estes recursos, são obrigadas a promover a prestação de contas aos seus financiadores e auditorias independentes de suas contas.

Estes mecanismos de controle já existentes parecem não satisfazer, no entanto, certos setores de governos e de parlamentos, que buscam criminalizar estas entidades, acusando-as de corrupção e de desvio de fundos públicos. Como exemplo, no Senado brasileiro acaba de ser criada uma Comissão Parlamentar de Inquérito para investigar a origem e a aplicação de recursos que financiam o trabalho das ONGs. É ampla a cobertura da grande imprensa sobre esta iniciativa liderada por parlamentares de partidos conservadores, que a seu tempo sustentaram a ditadura no Brasil.

Evidentemente o mundo das entidades sem fins lucrativos é mais amplo que o mundo das ONGs, entendidas como grupos de cidadãos que se organizam na defesa e ampliação de direitos. Mas todas as indicações levam a crer que são justamente estas ONGs o alvo destas iniciativas de controle. Seja por identidades com governos de esquerda, seja por sua postura crítica e propositiva enquanto atores políticos, as tentativas de controle se multiplicam, ameaçando a existência destas entidades e a frágil democracia em nossos países.

Pesquisas e análises de conjuntura recentes apontam um descrédito crescente da opinião pública em relação aos governos e partidos políticos. O modelo de democracia vigente na América Latina está em causa. E é bom que se diga que não é a democracia que é questionada pela opinião pública, mas um certo tipo de democracia que não é capaz de operar a distribuição das riquezas e o bem estar das maiorias.

Em várias oportunidades recentes podemos dizer que a cidadania na América Latina assumiu o voto como instrumento de mudança, retirando do poder partidos políticos que durante décadas assumiram o controle do Estado. Pois são justamente representantes destes setores conservadores que, no Judiciário e no Parlamento, buscam inibir as ações de controle social, monitoramento de políticas públicas, proposições de novas políticas que visam combater os

privilégios e assegurar a dimensão pública e universal das políticas de Estado.

Em publicação recente, um renomado cientista social francês, Pierre Rosanvallon, identifica, de um lado, que as democracias em vigor nunca realizaram seu duplo imperativo de promover a igualdade e a autonomia na sociedade; de outro lado, atribui à sociedade civil, através de suas entidades de representação, o papel de renovar as nossas democracias transformando-as em um processo contínuo de ampliação de direitos. Para ele, sem estas ações da sociedade civil organizada, que atribuem novos conteúdos à democracia, não há como caminhar para sociedades mais igualitárias.

As pressões por mudanças que vêm da sociedade civil têm sido exercidas, cada vez mais, por redes e fóruns de entidades onde as ONGs têm um importante papel. O papel de revelar para a própria sociedade a dinâmica de produção da desigualdade e da exclusão social através da análise crítica das políticas públicas, assim como de promover a sistematização de propostas de novas políticas públicas que atendam às demandas formuladas pelos movimentos sociais, redes e fóruns de defesa e ampliação da cidadania.

A defesa da liberdade e da autonomia das ONGs não é a defesa de interesses corporativos de um grupo de entidades que agem em causa própria. É a defesa da capacidade de atuação política de redes e fóruns de entidades da sociedade civil que, juntamente com as ONGs, atuam de maneira propositiva em defesa do interesse público, em defesa do interesse das maiorias.

O reconhecimento e o apoio a este trabalho das ONGs é dado também pela opinião pública, como demonstram pesquisas recentes que as colocam entre as instituições de maior credibilidade na sociedade. Assim como a criminalização dos movimentos sociais, a criminalização das ONGs é uma iniciativa que busca silenciar as lutas pela exigibilidade de direitos, uma questão a ser enfrentada não só pelas ONGs, mas por todos os setores democráticos de nossas sociedades.